

Publicado no D.O.E. nº 10346  
Dia 03, 01, 19

REPublicado no D.O.E. nº 10354  
Dia 15, 01, 19

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO “REVITALIZAÇÃO DA PEDIATRIA SHAC”, APROVADO PELO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PR DELIBERAÇÃO Nº 074/2018.

TERMO DE FOMENTO Nº 180/2018

PROTOCOLO Nº 15.144.623-0

O ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.088.839/0001-06, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Palácio das Araucárias – Centro Cívico, Curitiba – Paraná, CEP: 80.530-915, doravante denominado **Administração Pública**, neste ato representado pela Secretária de Estado, Senhora **NÁDIA OLIVEIRA DE MOURA**, portadora do RG nº 1.276.090-6 e inscrita no CPF/MF sob o nº 362.144.939-68, residente e domiciliada em Londrina/PR, e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON**, com sede na Rodovia do Caqui, nº 1150, Araçatuba, Município de Campina Grande do Sul/PR, CEP 83.430-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.088.017/0001-91 doravante denominada **Organização da Sociedade Civil**, tendo como presidente, Senhor **JORGE ITSUO FUKUSHIMA**, portador do RG nº 6.120.957-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.044.229-26, residente e domiciliado na Rua das Gaivotas, nº 369, casa, Bairro Alphaville Graciosa, Município Pinhais/PR, CEP 83.327-155, neste ato representado pelo seu procurador Senhor **BERNARDO AUGUSTO KUENZER CARON**, portador do RG nº 5.045.703-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.048.139-29, residente e domiciliado na Rua dos Colibris, nº 387, Pinhais/PR, CEP 83.327-150, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, devidamente autorizado pela Senhora Governadora do Estado, em data de **21/12/2018** e que será regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Fomento a conjugação de esforços entre a Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil, para a execução do Projeto “**Revitalização da Pediatria SHAC**”, visando aprimorar e aumentar a assistência hospitalar e ambulatorial para atendimento pediátrico, disponibilizando equipamentos, recursos materiais/humanos e insumos necessários, para atender uma parcela ainda maior da população carente, mediante a transferência de recursos, para despesas de investimentos e custeio, conforme detalhado no plano de trabalho anexo, parte integrante e indissociável desta parceria.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO – FUNDAMENTO

Esta parceria decorre da inexigibilidade do chamamento público nº 008/18, processo administrativo nº 15.144.623-0.

*mf*

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

### 2.1. Compete à Administração Pública:

- 2.1.1. Realizar o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, observando o prescrito na cláusula décima segunda;
- 2.1.2. Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;
- 2.1.3. Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;
- 2.1.4. Designar, mediante ato público específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;
- 2.1.5. Designar, mediante ato público específico, o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;
- 2.1.6. Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;
- 2.1.7. Prorrogar de ofício a vigência da parceria quando a Administração Pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado;
- 2.1.8. Manter, em seu sítio oficial na *internet*, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- 2.1.9. Divulgar pela *internet* os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- 2.1.10. Viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria;
- 2.1.11. Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para a sua celebração.

### 2.2 Compete à Organização da Sociedade Civil:

- 2.2.1. Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o plano de trabalho, exigências legais aplicáveis, bem como com as disposições desta parceria;
- 2.2.2. Apresentar os relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela Administração Pública;
- 2.2.3. Abrir conta-corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública para receber os recursos provenientes desta parceria, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016;
- 2.2.4. Previamente ao repasse da parcela prevista no plano de trabalho, apresentar à Administração Pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN;
- 2.2.5. Adquirir os bens somente após a assinatura da parceria, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;
- 2.2.6. Divulgar na *internet* e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com a Administração Pública, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- 2.2.7. Restituir à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual.



- a) quando não for executado o objeto deste instrumento;
  - b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;
  - c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.
- 2.2.8. Restituir à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial contra o responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública;
- 2.2.9. Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;
- 2.2.10. Utilizar os recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;
- 2.2.11. Prestar à Administração Pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceria;
- 2.2.12. Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à Administração Pública;
- 2.2.13. Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
- 2.2.14. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 2.2.15. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- 2.2.16. Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação final de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação final de contas;
- 2.2.17. Manter durante a execução do objeto da parceria todos os requisitos exigidos para sua celebração;
- 2.2.18. Franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- 2.2.19. Iniciar a execução do objeto, no máximo, 30 (trinta) dias após o recebimento do recurso;
- 2.2.20. Identificar os bens adquiridos, com plaquetas com o seguinte texto: **ADQUIRIDO COM RECURSOS DA SEDS/FIA/CEDCA;**
- 2.2.21. Observar a normatização referente ao Programa emanada pela SEDS, bem como participar das capacitações e eventos promovidos pela SEDS que se refiram ao Programa.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3. O valor total desta parceria é de **R\$ 1.190.362,71** (um milhão, cento e noventa mil, trezentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos).

3.1. A **Administração Pública** repassará o montante de **R\$ 1.123.076,60** (um milhão, cento e vinte e três mil, setenta e seis reais e sessenta centavos), à Organização da Sociedade Civil para a consecução do objeto, em conformidade com o plano de trabalho e cronograma de desembolso.



3.2. A **Organização da Sociedade Civil** se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento a importância de **R\$ 67.286,11** (sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e onze centavos) relativamente à avaliação econômica dos serviços dados a título de contrapartida, em conformidade com o plano de trabalho.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS**

As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da **Dotação Orçamentária 5760.08243024.417 - Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fonte de Recurso: 284/Banco de Projetos – FIA/PR, Rubricas 3350.4102 – Contribuições a Entidades – Custeio e 4450.4202 – Auxílio a Entidades – Investimento.**

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

O cronograma de desembolso dos recursos desta parceria constará como item específico do plano de trabalho anexo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4. Os recursos da Administração Pública, destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para conta-corrente nº \_\_\_\_\_, agência nº \_\_\_\_\_, do Banco do Brasil, de titularidade da Organização da Sociedade Civil e vinculada a esta parceria.

4.1. Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do plano de trabalho.

4.2. A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após prévia aprovação do plano de trabalho, assinatura da parceria e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

4.3. Os recursos transferidos em decorrência desta parceria, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta-corrente de que trata a cláusula 4.

4.4. Mediante expressa autorização da Administração Pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4.1. As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por apostilamento, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho, nem ampliação do objeto.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

4.6.1. Demonstrada no protocolado a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica será admitida a realização de pagamentos em espécie.

4.7. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas na parceria;

III – quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5. A presente parceria deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

*BC*  
*vaf*

- 5.1. É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:
- 5.1.1. Finalidade alheia ao objeto da parceria ou atividade não prevista no plano de trabalho;
- 5.1.2. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

6 Para compras e contratações de bens pela Organização da Sociedade Civil com recursos estaduais, será observado o regulamento de compras e contratações da organização previamente aprovado pela Administração Pública, sendo da Organização da Sociedade Civil a responsabilidade de observância dos procedimentos e da realização de compras e contratações.

6.1 O regulamento de compras e de contratações da organização deverá estabelecer, no mínimo, as seguintes obrigações para a Organização da Sociedade Civil:

I – observar, nas aquisições, os princípios inerentes à utilização de valores e de bens públicos, dentre os quais o da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

II – comprovar o atendimento do princípio da economicidade mediante prévia pesquisa de preços com, no mínimo, 03 (três) fornecedores do ramo, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômicos;

III – datar e discriminar os orçamentos, de maneira que permita comprovar que foi assegurada a isonomia aos interessados para fornecer o bem cotado;

IV – comprovar as despesas efetuadas por meio de notas fiscais e demais documentos comprobatórios legíveis, sem rasuras e revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem adquirido, expressa menção ao número deste termo, seguido do ano e da sigla SEDS;

V – constar nos documentos a certificação dos responsáveis pelo recebimento do bem adquirido.

6.2 No regulamento de compras e contratações da Organização da Sociedade Civil deverão ser previstos procedimentos de forma a resguardar a adequação da utilização dos recursos da parceria, tais como:

I - realização de despesas de pequeno valor;

II - cotação prévia de preços, que poderá ser realizada por item ou agrupamento de elementos de despesas, por meio de e-mail, sítios eletrônicos públicos ou privados, ou quaisquer outros meios;

III – como forma de adoção de valores referenciais pré-aprovados, a utilização de atas de registro de preços, em vigência, adotados por órgãos públicos vinculados ao Estado do Paraná, preferencialmente da região onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;

IV - utilização de tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público que sirva de referência para demonstrar a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza;

V - priorização da acessibilidade, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento local como critérios, especialmente nas hipóteses diretamente ligadas ao objeto da parceria;

VI - contratação direta de bens e serviços compatíveis com as especificidades do objeto da parceria, podendo prever as seguintes hipóteses:

a) quando se tratar de profissional ou empresa que seja prestador regular de serviços para a Organização, desde que previsto no plano de trabalho e que o valor do contrato seja compatível com os preços praticados pelo fornecedor em relação a outros demandantes e não excedam o valor de mercado da região onde atuam;

b) quando não existir pluralidade de opções, em razão da natureza singular do objeto ou de limitações do mercado local da execução do objeto;

c) nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, no centro de abastecimento ou similar, realizada com base no preço do dia;



d) quando se tratar de serviços emergenciais para evitar paralisação de serviço essencial à população.

6.3 Para formalizar a compra de bens ou contratação de serviços, será celebrado contrato pela Organização da Sociedade Civil com fornecedor de bens ou prestador de serviços, com a finalidade de atingir o objeto da parceria, o qual deverá conter cláusula específica que informe da possibilidade de pedido de livre acesso dos servidores ou empregados do órgão ou entidade pública estadual e dos órgãos de controle aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

6.4 Os fornecedores e prestadores de serviços deverão ser notificados com o pedido de livre acesso com antecedência mínima de até 20 (vinte) dias úteis da realização da fiscalização de que trata a cláusula 6.3 e deverão disponibilizar os documentos e registros contábeis relativos ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços vinculados à parceria.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

7. A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

7.1. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

7.2. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

7.3. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.4. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica.

7.5. A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;

III – relatório de visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

IV – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

7.6. O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

7.6.1. No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

7.7. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata este artigo deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.8. Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.



7.9. A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.9.1. O prazo referido acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

7.10. O prazo para a prestação final de contas será de 120 (cento e vinte) dias.

7.11. O disposto na cláusula 7.9 não impede que a Administração Pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.12. Na hipótese da cláusula 7.11, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

7.13. A manifestação conclusiva da Administração Pública sobre a prestação de contas observará os prazos previstos neste instrumento, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas;

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.13.1. A autoridade competente para emitir a manifestação conclusiva será a autoridade competente para assinar o instrumento da parceria.

7.14. As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a Administração Pública.

7.15. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

7.15.1. O prazo referido na cláusula 7.15 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a Administração Pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

7.15.2. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.16. A Administração Pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

7.16.1. O transcurso do prazo definido na cláusula 7.16 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela Administração Pública.

7.17. As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.18. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico.

7.19. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.20. A prestação de contas à Administração Pública, tratada na cláusula sétima desta parceria, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS**

8. A prestação de contas à Administração Pública, tratada na cláusula sétima, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9. Esta parceria terá vigência de **18** (dezoito) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

9.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo final inicialmente previsto.

9.2. Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

9.3. A prorrogação do prazo de vigência, prevista na cláusula 9.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

9.4. A Administração Pública promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência deste instrumento quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

9.5. O prazo máximo de vigência desta parceria, consideradas todas as prorrogações de prazo, será de 05 (cinco) anos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

10. As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no plano de trabalho.

10.1. Serão formalizados por apostilamento:

I – utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho, nem a ampliação do objeto;

II – ajustes materiais da execução do objeto da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

III – remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

IV – prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;



V – alteração da indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

10.2. As demais alterações serão formalizadas por termo aditivo.

10.3. A ampliação do objeto da parceria não pode exceder a trinta por cento do seu valor inicial.

10.3.1. Para ampliação do objeto da parceria é necessário parecer da área técnica competente justificando a necessidade e a possibilidade da alteração pretendida.

10.4. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná celebrar ou autorizar a formalização dos termos aditivos a esta parceria.

10.4.1. A competência prevista na cláusula 10.4 poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR**

11. A Administração Pública deverá designar, por ato publicado em meio oficial de comunicação, agente público que será o responsável pela gestão deste termo, com poderes de controle e fiscalização.

11.1. São obrigações do gestor:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014;

IV – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

12. Para a implementação do monitoramento e avaliação, a Administração Pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.1. Se a parceria possuir vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

12.2. Para a implementação do disposto na cláusula 12.1, a Administração Pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.3. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

12.3.1. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;



V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

12.4. Se a parceria for financiada com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

12.5. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas da área correspondente.

12.6 Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social, previstos na legislação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

13. São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.1. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à Administração Pública na hipótese de extinção da OSC.

13.1.1. No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante.

13.1.2. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto nesta parceria, sob pena de nova reversão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

14.1. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

14.2. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

14.3. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

14.4. A aplicação das sanções previstas na cláusula 14 é de competência exclusiva do(a) Secretário(a) de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

14.5. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste instrumento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.



14.6. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita como inadimplente no Cadastro do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.7. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública, destinadas a aplicar as sanções previstas neste instrumento, contados da data de apresentação da prestação final de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

14.7.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO**

15. Esta parceria poderá ser:

I – extinta por decurso de prazo;

II – extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

III – denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

IV – rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

d) violação da legislação aplicável;

e) cometimento de falhas reiteradas na execução;

f) malversação de recursos públicos;

g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

k) quando os recursos depositados em conta-corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da Administração Pública;

l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

15.1. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

15.1.2. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

15.1.3. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a Organização da Sociedade Civil não terá direito a qualquer indenização.

15.2. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 15 (quinze) dias da abertura de vista do processo.



15.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

15.4. É prerrogativa da Administração Pública assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a Administração assumiu essas responsabilidades.

15.5. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná denunciar, rescindir ou autorizar a denúncia ou a rescisão da parceria.

15.6. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16. A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato, em Diário Oficial do Estado do Paraná.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17. Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 27 de Dezembro de 2018.



Nadia Oliveira de Moura  
Secretária de Estado da Família e  
Desenvolvimento Social – SEDS



Bernardo Augusto Kuentzer Caron  
Representante Legal da OSC  
Sociedade Hospitalar Angelina Caron

#### Testemunhas:

1. Nome... Stephanie K. Fomoso

CPF 040844.359-01

Ass.: 

2. Nome... Laércio Rodrigues

CPF Laércio Rodrigues

Ass.:  
Assistente  
Central de Convênios SEDS  
AG: 10.201.036-1 / PR

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA  
COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL

Protocolo: 015.286.561-9  
Cedente: Estado do Paraná  
Cessionário: Pastoral da Criança  
Objeto: Termo de Cessão de Uso de Imóvel nº 26/2018, imóvel com área do terreno de 19.138,86 m², de propriedade do Estado do Paraná, registrado sob parte das Transcrições N° 28.297 e 28.686 (registro anterior Transcrição 3.377) em Curitiba - 1º Ofício de Registro de Imóveis.  
Fundamento legal: Lei Estadual nº 12.205 de 08/07/1988, publicada no Diário Oficial nº 284 de 08/07/1988  
Encargo: Cessão de uso do imóvel, no qual parte do imóvel em questão será utilizado exclusivamente pela PCRI - Pastoral da Criança, Vigência 30/09/2018 a 30/09/2038.

40/2018

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 173/2018

Protocolo: 15.071.867-8  
Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e a OSC - Instituto Bom Aluno do Brasil.  
Objeto: Transferência de recursos para o fomento à implementação do "Projeto Programa Bom Aluno Fase III", conforme Plano de Trabalho, parte integrante encartado neste protocolado.  
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.  
Valor: ... R\$ 151.665,00 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).  
Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, rubricas 3350.4102, Fonte 284 (FIA/Doação), Empenho nº 18009967 de 14/12/2018.  
Autorização Governamental...em 21/12/18, processo nº 15.071.867-8 Assinado em 27/12/2018.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 178/2018

Protocolo: 15.144.623-0  
Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e a OSC - Sociedade Hospitalar Angélica Carron.  
Objeto: Transferência de recursos para execução do "Projeto Revitalização da Pedagogia SHAC", conforme Plano de Trabalho encartado neste protocolado.  
Vigência: 18 (dezoito) meses, contados a partir da data da publicação.  
Valor (FIA): ... R\$ 1.123.076,69 (um milhão, cento e vinte e três mil e setenta e seis reais e setenta e sete centavos).  
Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, rubricas 3350.4102 e 4450.4202, Fonte 284 (FIA/Doação), Empenho nº 18009968 e 18009969 ambos de 14/12/2018.  
Autorização Governamental...em 21/12/2018, processo nº 15.144.623-0 Assinado em 27/12/2018.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 170/2018

Protocolo: 11.882.417-2  
Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e a OSC - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia - APACN.  
Objeto: Transferência de recursos para execução de "Projeto Criança Bem Nutrida", conforme Plano de Trabalho encartado neste protocolado.  
Vigência: 14 (quatorze) meses, contados a partir da data da publicação.  
Valor (FIA): ... R\$ 14.870,29 (quatorze mil, oitocentos e setenta reais e vinte e nove centavos).  
Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, rubrica 3350.4102, Fonte 284 (FIA/Doação), Empenho nº 18009960 de 14/12/2018.  
Autorização Governamental...em 21/12/2018, processo nº 11.882.417-2 Assinado em 27/12/2018.

Curitiba, 28 de dezembro de 2018

Nádia Oliveira de Moura

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

176/2018

CONTRATO 830/2018

PROTÓCOLO: 16.392.763-4  
OBJETO: Execução operacional, pela CONTRATADA, do pagamento do pagamento de benefícios do Programa Renda Família Paranaense, instituído pela Lei 17.734, de 2013, e disponibilização de informações necessárias ao acompanhamento e avaliação da execução dos respectivos serviços, visando à implementação conjunta de programas de transferência de renda, mediante a prestação dos serviços de operação da logística de pagamento simultâneo aos benefícios do Programa Bolsa Família - PBF, instituído pela Lei nº 10.838, de 09 de janeiro de 2004.  
CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.  
VALOR: Para o exercício de 2019 está estimado em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5761.08244024.420, RUBRICA: 3390.3881, FONTE: 101.  
VIGÊNCIA: 01/01/2019 a 31/12/2019.  
DATA: 26/12/2018.

Nádia Oliveira de Moura

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

48/2018

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação  
CONTRATADA: Positivo Tecnologia S.A.  
OBJETO: Contrato nº 433/2018 - SEED de aquisição de equipamentos de informática para atender a Secretaria de Estado da Educação, no valor total R\$ 285.776,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais), oriundo do PE 483/2017 - SRP - DEAM/SEAP. Lotes 01 e 02 -, com recurso da Fonte 125 - Venda de ações e/ou devolução do capital subscrito ou não e outros ingressos. AUTORIZADO POR: José Carlos Rodrigues Pereira -

PROTÓCOLO: 15.480.813-7

72/2018

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação  
CONTRATADA: Navision Imputação Ltda. - EPP.  
OBJETO: Contrato nº 436/2018 - SEED de aquisição de scanners de microfílm e microfichas para atender a Secretaria de Estado da Educação, no valor total de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), oriundo do PE 1482/2018 - SEED, Lote 01, com recurso da Fonte 125 - Venda de ações e/ou devolução do capital subscrito ou não e outros ingressos. AUTORIZADO POR: José Carlos Rodrigues Pereira - Diretor Geral, Resolução 1701/2018 - SEED/SGS, em 20/12/2018. PROTOCOLO: 14.332.859-7

127/2018

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação  
CONTRATADA: Microssens S.A.  
OBJETO: Contrato nº 434/2018 - SEED de aquisição de scanners para atender a Secretaria de Estado da Educação, no valor total de R\$ 111.900,00 (cento e onze mil e novecentos reais), oriundo do PE 56/2018 - SRP - DEAM/SEAP, Lote 01, com recurso das Fontes 100 - Tesouro do Estado, 101 - Receitas não passíveis da Vinculação por Força do EC 87/2016 e 125 - Venda de ações e/ou devolução do capital subscrito ou não e outros ingressos. AUTORIZADO POR: José Carlos Rodrigues Pereira - Diretor Geral, Resolução 1701/2018 - SEED/SGS, em 21/12/2018. PROTOCOLO: 15.462.845-2

110/2018

Secretaria de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER

PROTÓCOLO: 15.523.317-6

DOCUMENTO: Convênio nº 178/2018-SEIL

CONVENIENTES: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, com intervenção do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e Município de Iporá

DO OBJETO: Execução de obras mediante pavimentação asfáltica com TST em sete trechos de estradas rurais no município de Iporá, com extensão de 22.888,41 m e área de 114.442,05m², conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho fls. 112/127 e Parecer Técnico fls. 130/133, partes integrantes e indissociáveis deste instrumento.

VALOR: O valor da obra deste convênio é de R\$ 7.894.721,12 - o valor a ser repassado pela SEIL é de R\$ 7.000.000,00 e a contrapartida do Município, para a execução do objeto, será de R\$ 369.418,93

RECURSOS: As despesas decorrentes do presente convênio correrão pelo Estado do Paraná, à conta da Dotação Orçamentária 7704.26782014.388- Fomento Rodoviário, Natureza da Despesa 4440.4201 - Auxílios a Municípios, Fonte de Recurso nº. 101

**COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS****Governo do Estado****Governador**  
Carlos Massa Ratinho Junior**Vice-governador**  
Darcil Piana**Casa Civil**  
Guto Silva  
Felipe Flossak**Casa Militar**  
Walby Pereira Sales**Chefe da Casa Civil**  
Diretor-Geral**Chefe**  
Sub-Chefe**Procuradoria Geral do Estado**  
Letícia Ferreira da Silva  
Izabel Cristina Marques**Procuradora-Geral**  
Diretora-Geral**Controladoria Geral do Estado**  
Raul Clai Coccaro Siqueira  
Osmar Alves Baptista Junior**Secretário**  
Diretor-Geral**Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)****Diretor Presidente****Diretor Administrativo Financeiro**Rua dos Funcionários, 1645  
80035-050 | Cabral | Curitiba | Paraná

Informações 41 3200-5002

**Secretarias e Órgãos****Secretaria da Agricultura e do Abastecimento****GOVERNO DO PARANÁ**  
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO 1257/2018 - Protocolo 14.975.140-8**  
Comunicamos que foi HOMOLOGADO pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no dia 10/01/2019, a contratação da empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, para o fornecimento de equipamentos pesados de terraplanagem e compactação, composto de 06 (seis) MOTONIVELADORAS, para atender a demanda do Programa Estadual "Estradas da Integração", nos serviços de abertura, adequação, readequação, manutenção e melhorias de estradas rurais, objetivando o fortalecimento dos consórcios intermunicipais para execução de política de estradas rurais do Paraná.  
**VALOR TOTAL A SER HOMOLOGADO: R\$ 2.513.400,00.**  
Tudo de acordo com o disposto na Lei Federal 10.520/02, Lei Estadual nº 15.608/07 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.  
Curitiba, 11 de janeiro de 2019.  
JULIO CÉSAR CORDOVA FERREIRA  
Presidente(a) SEAB.

28/6/2019

**Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social****EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**Retificação da Publicação Editada no Diário Oficial Comércio, Indústria e Serviços Edição 10346, do dia 03/01/19, Página 03, Protocolo 175/2019.  
OSC - Sociedade Hospitalar Argemina Caron.  
**ONDE SE LÊ:...** - Extrato Termo de Fomento nº 178/2018.  
**LEIA-SE:...** - Extrato Termo de Fomento nº 180/2018.**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**Retificação da Publicação Editada no Diário Oficial Comércio, Indústria e Serviços Edição 10345, do dia 02/01/19, Página 04, Protocolo 136916/2018.  
OSC - APAE de Missal.  
**ONDE SE LÊ:...** - Protocolo nº 15.347.694-2 Termo de Fomento nº 185/2018 N° Empenho 18000985.  
**LEIA-SE:...** - Protocolo nº 15.354.916-8 Termo de Fomento nº 187/2018 N° Empenho 18000984 e 18000985.**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**Retificação da Publicação Editada no Diário Oficial Comércio, Indústria e Serviços Edição 10345, do dia 02/01/19, Página 03, Protocolo 135945/2018.  
OSC - Instituto Construído um Lugar Seguro.  
**ONDE SE LÊ:...** - Protocolo: 15.073.515-7 (APENSOS 15.256.737-2 e 15.346.507-0).  
**LEIA-SE:...** - Protocolo: 15.073.515-7 (APENSOS 15.256.733-2 e 15.346.507-0).Curitiba, 14 de janeiro de 2019.  
Adryr Cabral FilhoSecretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social  
em exercício

27/1/2019